

INTRODUÇÃO

No largo período de cerca de vinte anos que o historiador britânico Arthur Marwick apelidou de «*longos anos sessenta*» (1998: 16-20) – compreendido entre a segunda metade da década de cinquenta e a primeira metade da década de setenta –, os discursos e as práticas juvenis tenderam gradualmente a autonomizar-se, produzindo exercícios de crítica radical aos modelos sócio-económicos, culturais e políticos em vigor. Os *campus* universitários foram os laboratórios privilegiados para a experimentação destas novas atitudes conflitantes, que viriam a ter o seu auge simbólico no ano de 1968, em grande medida devido à contestação mediática que deflagrou em Paris durante os meses de Maio e Junho. Apesar da magnitude do impacto, os acontecimentos de «Maio de 68» não foram, porém, mais do que um abalo de superior visibilidade num território em permanente ebulição. Rosa Pereda qualifica-os mesmo como «*uma metáfora*» (2003: 18) da agitação estudantil que desde o início da década se vinha disseminando pelos mais variados locais do globo, com distintos cambiantes consoante a sua geografia de eclosão, mas quase sempre desa-

quando em esboços de intervenção política duramente críticos do presente existente (Caute, 1988; Marwick, 1998; Dreyfus-Armand, 2000; Kurlansky, 2005).

Em Portugal, este húmus emergente de transgressão e rebeldia foi penetrando em franjas sucessivas da juventude universitária, gradualmente afastadas da influência política, cultural e moral do regime. A par da crítica ao conservadorismo e à ditadura vigente, a insubmissão estudantil teve ainda na permanência da guerra colonial – que transformava a vida de cada jovem num projecto adiado e colocava no campo das possibilidades bem concretas a violência física e psicológica – uma razão suplementar de dissídio. Não obstante o combate ao colonialismo ter emergido nas universidades, de forma declarada, algo tardiamente – no final da década de sessenta, em Lisboa, e já nos alvores de setenta, em Coimbra – ele foi um elemento fundamental na construção do processo de recusa ideológica dos ditames do Estado Novo. Na verdade, se é certo que não foram os estudantes que derrubaram o regime, eles tiveram um papel essencial na fragilização dos seus alicerces, colaborando no alargamento de modos de pensar, sentir e agir de timbre oposicionista que, transportados pelos oficiais milicianos para o interior das Forças Armadas, ajudariam a insuflar nelas a semente do movimento de 25 de Abril de 1974.

O trabalho que a seguir se apresenta pretende analisar o percurso de politização dos meios estudantis num espaço originalmente circunscrito, Coimbra e a sua Academia, concentrando a análise num tempo específico, os anos que vão de 1968 a 1974, e que correspondem à estadia de Marcelo Caetano à frente dos destinos do país. Não querendo desde já antecipar em pormenor possíveis conclusões, adiantem-se os

dois eixos norteadores deste estudo. Em primeiro lugar, a noção de que a juventude universitária portuguesa entra, a partir da segunda metade da década de cinquenta, num percurso de dissidência progressiva que, ao longo do tempo, vai ganhando dimensão e nitidez. Em segundo lugar, a ideia de que este trajecto de politização, ainda que contínuo, assentou em algumas mudanças qualitativas ao nível da reivindicação política, que, simultaneamente, se reflectiram e foram impulsionadas por alterações ocorridas no terreno das culturas e das sociabilidades académicas.

Com este livro procura-se colmatar uma lacuna existente no que concerne ao conhecimento das lutas estudantis em Portugal durante o século XX. No âmbito genérico desta temática, ou na sua proximidade, já se realizaram importantes estudos. Registem-se os trabalhos de Rui Bebiano, nomeadamente *O Poder da Imaginação* (2003a), ensaio onde se anotam os caracteres fundamentais daquilo que foram os «*longos anos sessenta*» e a sua recepção em Portugal; os diversos trabalhos de Rui Grácio (1995) sobre o ensino e as movimentações estudantis durante o Estado Novo e o valioso estudo de Luís Reis Torgal (1999) sobre as relações de parentesco entre a Universidade de Coimbra e o Estado Novo e que, apesar de concluir a sua abordagem em 1961, contém considerações relevantes sobre a Universidade e a própria Academia na época em questão. Refira-se ainda o trabalho pioneiro de Nuno Caiado (1990), no qual se experimenta perspectivar a evolução dos movimentos estudantis em Portugal do pós-guerra até à entrada dos anos oitenta.

Por sua vez, alguns momentos específicos foram já alvo de relevante tratamento historiográfico ou sociológico. Manuel Alberto Carvalho Prata (2002) desenvolveu um longo estudo

centrado na história da Academia de Coimbra entre 1880 e 1926. José Miguel Sardica (1999) e Amadeu Carvalho Homem (2007) escreveram sobre a «greve académica de 1907». Cristina Faria (2000) examinou as lutas estudantis contra a Ditadura Militar. Pedro Santos Lopes (1992) e Paulo Fontes (1999) discutiram os reflexos nos meios estudantis da problemática suscitada no ano lectivo de 1956/57 em torno do decreto 40.900. Álvaro Garrido (1996) efectuou uma bem conseguida dissertação de mestrado em torno da «crise de 62» e período antecedente. Januário Pires (1994) descreveu a evolução da revista coimbrã *Via Latina* entre 1937 e 1969. Teresa Carreiro (2004) procurou observar as lutas estudantis durante a década de sessenta, a partir das vivências no interior de uma República de Coimbra, no caso, o Palácio da Loucura. Especificamente no que concerne à «crise de 69», existe já uma quantidade significativa de escritos, quer ao nível da reflexão historiográfica – é o caso da tese de mestrado de Marta Benamor Duarte (1997) – quer a um nível mais memorialístico, o que engloba cronologias e comentários organizados na época (*Estudos*, 1969, número especial; Rodrigues, Marques e Marques, s.d.), textos de destacados activistas (Cruzeiro, 1989; Namorado, 1989) e revisitações fotográficas, algumas contendo depoimentos de antigos estudantes (Mascarenhas, 1999; Ramires, 1999).

Com referência ao período pós-1974, Luísa Tiago de Oliveira (2004) centrou a sua tese de doutoramento na análise aprofundada do *Serviço Cívico Estudantil* realizado pelos estudantes universitários no contexto do período revolucionário aberto com o 25 de Abril, desenhando, ao mesmo tempo, um quadro detalhado das dimensões internacionais e nacionais onde estes encontros entre os estudantes e o povo se foram

tecendo. Por sua vez, Ana Drago (2004) estudou a luta anti-propinas da primeira metade da década de noventa, colocando-a no contexto de uma renovada emergência da juventude enquanto actor social. Com uma forte componente sociológica, assinala-se ainda um trabalho de Elísio Estanque e Rui Bebiano (2007) em vias de publicação, no qual se procura realizar uma caracterização da actual população estudantil coimbricense, bem como aferir distâncias e aproximações entre as práticas e os discursos de hoje e aqueles que se foram construindo durante as contestações da década de sessenta.

Contudo, sobre a faixa temporal que vai de 1970 até ao 25 de Abril, muito pouco se tem escrito. Como excepção, refira-se o capítulo sobre o assunto no livro de Nuno Caiado acima citado (1990: 177-252); um artigo de Jorge Costa publicado na Revista *História* e intitulado «O ano da morte de Ribeiro Santos» (2002); um capítulo dedicado a este troço temporal em *Grandes Planos. Oposição Estudantil à Ditadura (1956-1974)*, dos jornalistas Gabriela Lourenço, Jorge Costa e Paulo Pena (2001: 163-187); e, por último, algumas entrevistas ou relatos de antigos activistas, nos quais se evoca, com maior ou menor fugacidade, a contestação desses anos (Fernandes e Sousa, 1988; Leiria, 1998; Cardoso, 2002; Sá, 2006; Seabra 2007a). Também no recente *Vítimas de Salazar*, da autoria de João Madeira, Irene Pimentel e Luís Farinha (2007), é possível encontrar alguma informação sobre o meio estudantil nos anos finais do Estado Novo, boa parte dela recolhida nos arquivos da PIDE/DGS.

No caso dos textos acima referidos, todos eles concentram o olhar em Lisboa, reservando para Coimbra apenas um ou outro comentário comparativo. Esta lacuna foi minorada ultimamente com a publicação do volume de entrevistas *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*, com

organização e prefácios de Maria Manuela Cruzeiro e Rui Bebiano (2006), obra que trouxe à superfície elementos importantes que apenas à memória oral cabe documentar, ao mesmo tempo que se revelou um contributo indispensável para o esboço de uma espécie de história sentimental do empenhamento político da época. Apesar dos úteis testemunhos que aqui se podem recolher, são escassas e laterais as referências ao período pós-69, o que parece validar a ideia de se ter tratado de uma época de inferior importância.

É possível apontar um conjunto de razões que ajudam a explicar este relativo menosprezo pela contestação estudantil da primeira metade da década de setenta. Desde logo, a ausência de trabalhos históricos sobre o período em questão não pode ser desligada de um certo obstáculo epistemológico que alguma historiografia tende a erguer quando insiste na recusa em abordar fenómenos mais ou menos próximos da actualidade. Apesar da recente valorização da «história do presente» e do correlativo questionamento de algumas premissas de teor neo-positivista ainda prevalentes, em alguns círculos subsistem resistências – cada vez menos enunciadas, diga-se – à análise de uma dada realidade social que comporte uma «*relação de coetaneidade entre a história vivida e a escrita dessa história*» (Gamboa, 2004).

Refira-se, contudo, que as causas desta «nebulosidade» parecem radicar em factores de natureza essencialmente «endógena». A primeira razão deve ser procurada no habitual *deficit* de memória do universo estudantil, consequência da renovação permanente dos seus membros, e que já foi referido como uma das suas características mais persistentes (Boren, 2001). Se, por vezes, esta condição pode funcionar como potenciadora de um envolvimento mais criativo e descomplexado, por-

que menos subsidiário do peso das referências do passado, muitas vezes os movimentos estudantis, ignorando o seu lastro identitário, têm dificuldade em se perspectivar de modo mais distanciado e reflexivo.

A segunda razão, de certo modo relacionada com a anterior, assenta na propensão para «glorificar» momentos particulares em detrimento de um esforço compreensivo mais amplo. O exemplo paradigmático desta tendência é a consideração dos acontecimentos de 69 como o instante exemplar e derradeiro da contestação ao Estado Novo, o que acarreta, obviamente, o ofuscamento do tempo em redor. Um sintoma disso mesmo aparece implícito na opção cronológica que preside ao conjunto de artigos sobre os movimentos estudantis durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, coordenados por Maria Cândida Proença (1999), que, ao encerrar com um texto sobre a «crise académica de 69», deixa cair um manto de silêncio sobre a agitação ocorrida no período posterior. Resistindo precisamente a esta leitura, uma das personagens de *O Cão Andaluz*, o último romance de Jorge Seabra, fala dos momentos de 69 como «*empolgantes e únicos*», mas que não devem levar a que se ignore o período sucessivo, «*estranhamente esquecido*» (2007b: 133). De modo semelhante, o antigo activista Fernando Martinho caracteriza alegoricamente o movimento de 69 como «*uma bolha*», salientando que a «*crença e adesão*» a valores de resistência ao regime é «*anterior e posterior à crise*» (Cruzeiro; Bebian, 2006: 85).

Uma palavra ainda para as fontes e a metodologia utilizadas neste trabalho. Consultaram-se com exaustividade os jornais e as revistas académicas da época, nomeadamente, a *Via Latina*, *A Briosas*, *O Badalo*, *a Capa e Batina* e a *Estudos*. Examinaram-se também alguns jornais e revistas editados fora do âmbito académico. Escolheu-se para isso o *Diário de Coimbra*,

jornal que frequentemente dedicava alguma atenção e até simpatia para com as actividades estudantis; *O Comércio do Funchal*, dirigido a partir da Madeira por um conjunto de jovens e bastante lido nos meios oposicionistas mais urbanos; a revista *Vértice*, referência nos meios culturais e políticos da oposição; as revistas *Observador* e *Resistência* e o jornal *Política*, de timbre nacionalista, anti-comunista e anti-reformista. Outras publicações foram consultadas, em períodos diferenciados, procurando-se nelas referências ou comentários a acontecimentos específicos. No entanto, e como seria de esperar, a censura prévia que então pendia sobre as publicações periódicas, fez com que não se descobrissem mais do que informações colaterais sobre o activismo estudantil da época.

Outra dificuldade diz respeito às fontes que poderiam ter sido proveitosas para este trabalho mas que infelizmente não puderam ser utilizadas. Uma porque foram destruídas, outras porque foi impossível descobrir-lhes o rasto. No primeiro caso está todo o material que existira no *Centro de Documentação Internacional*, à qual a PIDE/DGS recorria constantemente, e que António Teodoro (2001: 301) assegura ter sido destruído por funcionários do organismo logo após o 25 de Abril; no segundo caso estão os registos de reuniões ou livros de actas da Direcção-Geral da AAC e da Assembleia Magna referentes à «crise de 69» e período posterior, precisamente o troço temporal que coincide com o objecto do presente estudo.

Perante isto, grande parte das fontes utilizadas neste trabalho foi constituída por documentação vária oriunda do meio estudantil (publicações periódicas, boletins, panfletos, comunicados, abaixo-assinados, cartazes, etc.). Este acervo documental foi, em boa medida, examinado no *Centro de Documentação 25 de Abril*, possuidor de um notável arquivo sobre as oposi-

ções ao Estado Novo e no qual se encontrou um profissionalismo e uma disponibilidade que cumpre notar. Refiram-se ainda as consultas efectuadas no *Museu Académico*, onde se descobriram Livros de Actas da Assembleia Magna, da DG/AAC e do Conselho de Repúblicas, se bem que todos eles anteriores à época que mais atentamente interessava analisar; e na *Hemeroteca da Biblioteca Municipal de Coimbra*, onde se consultaram os jornais e revistas atrás citados. Mencione-se ainda o recurso ao espólio das Repúblicas Bota-Abaixo e Cor-sário das Ilhas e, em menor escala, ao material que dispersamente se pode aceder no GEFAC e nas Repúblicas Prá-Kys-Tão, Rosa Luxemburgo e Galifões.

Nesta pesquisa recorre-se, directa ou indirectamente, ao testemunho de alguns antigos activistas. O seu uso ao longo do trabalho permitiu perceber as vantagens da utilização da memória individual na investigação histórica, ainda hoje, por vezes, desconsiderada e ofuscada pela crença na superior autoridade do documento escrito. Na verdade, convém dizê-lo, se toda a memória é um espelho deformado, também o são os documentos, toldados pelo contexto da sua produção e pelos interesses e pré-conceitos de quem os produziu. Talvez por isso tenha a convicção de que a história que escrevi é apenas uma das inúmeras que poderiam ter sido escritas, ainda que a deseje aberta ao confronto, ao debate e à integração de novas informações.